



Anais da Assembléia

Nº 114

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE AGOSTO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irandi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Pérciles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 067ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1996
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Válio Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tachy Filho, Albanor Gomes, Algaç Túllo, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Trusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Selene, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edn Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colago, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Ausente o Senhor Depuado Emerson Verone (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o nº CTL/SEEG/170/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder, o Projeto de Lei nº 529/95, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº CTL/SEEG/174/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº

085/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Zuk, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/176/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 347/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/175/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 359/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs CTL/SEEG/171, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187 e 188/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei nºs:

251/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.739.170,00 (dois milhões, setecentos e trinta e nove mil, cento e setenta reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.452. Anote-se - Arquite-se.

250/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 2.450.642,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e quarenta e dois reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.453. Anote-se - Arquite-se.

210/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 23.037.150,00 (vinte e três milhões, trinta e sete mil, cento e cinquenta reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.454. Anote-se - Arquite-se.

134/96: De autoria do Deputado Algaç Túllo que, declara de Utilidade Pública o Voluntariado da Saúde do Guabirota, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.456. Anote-se - Arquite-se.

114/96: De autoria do Deputado Algaç Túllo que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Nossa Senhora do Rosário de Belém, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.457. Anote-se - Arquite-se.

157/96: De autoria do Deputado Luiz

Accorsi que, dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 8.404, de 06 de novembro de 1988 o qual convertido em Lei tomou o nº 11.458. Anote-se - Arquivo-se.

120/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Ivaina, Município de Santa Cruz de Monte Castelo, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.459. Anote-se - Arquivo-se.

069/96: De autoria do Deputado Cesar Selens que, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Luiz Carlos Borges da Silveira, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.460. Anote-se - Arquivo-se.

119/96: De autoria do Deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Isabel, com sede e foro na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.461. Anote-se - Arquivo-se.

084/96: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Cascavel - ABECAP, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.462. Anote-se - Arquivo-se.

216/96: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Tommaso Mambrini, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.463. Anote-se - Arquivo-se.

375/95 De autoria do Deputado Anibal Khury que, denomina Rodovia do Caloário, a Rodovia Anel Metropolitano Interno, que liga a sede do Município de Almirante Tamandaré ao Município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.464. Anote-se - Arquivo-se.

124/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Azul, com sede no Município de Rio Azul e foro na Comarca de Rebouças, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.465. Anote-se - Arquivo-se.

110/96: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 11.331, de 17 de janeiro de 1996, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.466. Anote-se - Arquivo-se.

138/96: Do Poder Executivo que, dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Esta-

do para o exercício financeiro de 1997, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.467. Anote-se - Arquivo-se.

Sob os nºs CTL/SEEG/205 e 206/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa os Projetos de Lei nºs 176/96, de autoria do Deputado Anibal Khury e 036/96, de autoria do Deputado Caio Quintana. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº CTL/SEEG/190/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 105/96 de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/191/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 458/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/192/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 512/95, de autoria do Deputado Durval Amaral, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/193/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 049/96, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/194/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 554/95, de autoria do Deputado Ricardo Chab, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/195/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 051/96, de autoria do Deputado Albaror Ferreira Gomes, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº CTL/SEEG/201/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei nº 536/95, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG/202/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 004/96, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG/203/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 223/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, por julgá-lo contrário ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG/204/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n° 053/96, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, por julgá-lo inconstitucional. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° CTL/SEEG/189/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei n° 116/96, do Tribunal de Justiça, disciplinador da criação e estrutura do Sistema Estadual de Juizados Especiais, com os seguintes vetos:

1. Parágrafo Único do artigo 4°;
2. Parágrafo 2° do artigo 8°;
3. Parágrafo 4° do artigo 9°, e
4. Parágrafo Único do artigo 13.

Anote-se - Arquivo-se.

Sob os n°s CTL/SEEG/196, 197, 198, 199, 200, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223 e 224/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n°s:

219/96: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Godoy Moreira - ADECOM e foro no Município de São João do Ivaí - PR, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.469. Anote-se - Arquivo-se.

141/96: De autoria do Deputado Nelson Garcia que, declara de Utilidade Pública a Praça Estrada de Damasco, com sede no Município de Tapira, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.470. Anote-se - Arquivo-se.

152/96: De autoria do Deputado César Selene que, declara de Utilidade Pública a Assistência Social São Leopoldo, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.471. Anote-se - Arquivo-se.

160/96: De autoria do Deputado Edno Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Fundação de Proteção à Infância e à Adolescência - FPIA, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.472. Anote-se - Arquivo-se.

203/96: De autoria do Deputado Renato Adur que, declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração Social Batalhão da Última Hora, com sede na localidade de Borda do Campo e foro no Município de Quatro Barras, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.473. Anote-se - Arquivo-se.

173/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 7.050.000,00 (sete milhões e cinquenta mil reais), conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.474. Anote-se - Arquivo-se.

248/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.475. Anote-se - Arquivo-se.

249/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.476. Anote-se - Arquivo-se.

258/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 785.300,00 (setecentos e sessenta e cinco mil e trezentos reais), conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.477. Anote-se - Arquivo-se.

259/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.478. Anote-se - Arquivo-se.

260/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.479. Anote-se - Arquivo-se.

306/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 17.061.513,00 (dezessete milhões, sessenta e um mil, quinhentos e treze reais), conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 11.480. Anote-se - Arquivo-se.

327/96: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de R\$ 31.782.366,00 (trinta e um milhões, setecentos e oitenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.481. **Anote-se - Arquivo-se.**

022/96: De autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Piraí do Sul - ADEPI, com sede e foro no Município de Piraí do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.482. **Anote-se - Arquivo-se.**

193/96: De autoria do Deputado Edgar Bueno que, declara de Utilidade Pública a Associação de Portadores de Fissura Lábio-Palatal - APOFILAR, com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.483. **Anote-se - Arquivo-se.**

214/96: De autoria do Deputado Élio Lino Rusch que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Tancredo Neves, com sede e foro no Município de Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.484. **Anote-se - Arquivo-se.**

179/96: De autoria do Deputado Walmor Trentini que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual James Patrick Clark, com sede e foro no Município de Terra Rica, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.485. **Anote-se - Arquivo-se.**

218/96: De autoria dos Deputados Nelson Tureck e Orlando Pessuti que, concedem o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Artação de Mattos Leão, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.486. **Anote-se - Arquivo-se.**

275/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação FUNDEPAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.487. **Anote-se - Arquivo-se.**

276/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.488. **Anote-se - Arquivo-se.**

277/96: De autoria do Deputado Anibal Khury que, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Richa, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.489. **Anote-se - Arquivo-se.**

484/95: De autoria do Deputado Algaci Túlio que, declara de Utilidade Pública a Associação Padre João Roberto Ceconello, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.490. **Anote-se - Arquivo-se.**

513/95: De autoria do Deputado Ironi Pugliesi que, autoriza o Poder Executivo a promover a implantação de Educação Ambiental nos currículos escolares de 1º e 2º graus do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.491. **Anote-se - Arquivo-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER a retirada do Projeto de Lei nº 366/95 (cinto de segurança) da pauta, por 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) WALMOR TRENTINI

REQUERIMENTO Nº 652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja marcado para o dia 22 de agosto a entrega do Título de Cidadão Benemérito ao Professor Doutor Afonso Antoniuk, Lei nº 11.184, às 15:00 horas.

Sala das Sessões, em 05.08.96

(a) JOÃO TECHY

REQUERIMENTO Nº 627

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Anna Maria Mansani, viúva do ex-Prefeito de Palmeira, Daniel Mansani, ocorrido no dia 27.07.96.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 90 anos, faleceu na cidade de Palmeira, a senhora Anna Maria Mansani, viúva do industrial e ex-Prefeito, por dois mandatos, daquele município, senhor Daniel Mansani.

A extinta deixa nove filhos, entre eles, o ex-Prefeito de Palmeira, Senhor Mussoline Mansani; 17 netos e 17 bisnetos.

O passamento de Anna Maria Mansani veio abrir enorme lacuna no seio da fami-

, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto no céu as mãos muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma randecerá o Senhor, que olhará para a dignidade humana de Sua serva Anna Maria.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Anna Maria Mansani e o seu descanso não terá desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém aprende Dele, para que saibamos dar palavra de conforto à pessoa abatida.

Agora, abençoai a família de Dona Anna Maria Mansani, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o

que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Sua serva Anna Maria sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Mansani, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 629

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do senhor Hans Albert Bernhard Von Müller Berneck, ocorrido no dia 07.96, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Bernardo Berneck, fundador do Grupo Berneck, iniciou suas atividades empresariais na região de União da Vitória, para tornar-se hoje um dos maiores homens de negócio do setor madeireiro e outros mais diversificados setores.

Bernardo Berneck era o paradigma dos bons homens do setor empresarial, daquele que apuram a criatividade e se esfor-

çam para se superar, mesmo nos tempos de maiores dificuldades, servindo de exemplo para toda a sociedade.

Com a idade de 82 anos, faleceu Bernardo Berneck, que deixou viúva Dona Iris, deixou um filho, Gilson Müller Berneck e três netos.

O passamento de Bernardo Berneck veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Bernardo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Bernardo Berneck e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoai a família de Bernardo Berneck, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Bernardo sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Berneck, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Paulo Henrique Furtado, ocorrido nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 57 anos, faleceu nesta Capital, o Doutor Paulo Henrique Furtado,

que pertencia a tradicional família paranaense.

O extinto deixa viúva Dona Maria Terezinha de Mello Furtado. Deixa ainda quatro filhos e dois netos.

Paulo Henrique Furtado era Presidente do Clube Curitibano e já havia exercido a vice-Presidência do mesmo.

Advogado, era Procurador do Estado. Foi também Assessor direto do ex-Governador Ney Braga e Diretor Administrativo do BANESTADO, na gestão do ex-Governador José Richa.

O passamento do Doutor Paulo Henrique Furtado veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de Seu servo Paulo Henrique.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Paulo Henrique Furtado e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende Dele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família do Doutor Paulo Henrique Furtado, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará Seu servo Paulo Henrique sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, ~~cumpr~~ o dever de associar-se à dor que abalou a família Furtado, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família do Senhor Frederico Leopoldo Sefrin Filho, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento,

ocorrido no dia 15 de julho de 1996.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(aa) ANIBAL KHURY

EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O jornalismo do Paraná teve uma de suas grandes perdas no dia 15 de julho deste ano. Morreu em Cascavel, aos 55 anos, um dos mais categorizados e pioneiros profissionais da imprensa paranaense, o diretor do bissemanário "A Cidade", Frederico Leopoldo Sefrin Filho.

Arraigando-se em Cascavel em 1962, Sefrin Filho foi fundador ou co-fundador de nada menos que sete veículos de comunicação, todos em funcionamento até os dias de hoje.

Por isto esta homenagem da Assembléia Legislativa a um homem que deixou um grande exemplo de honestidade, seriedade e humanidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 329/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a criar um Batalhão da Polícia Militar do Estado, tendo como sede a Cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa criar mais um Batalhão da Polícia Militar na região sudoeste do Paraná, tendo como sede a Cidade de Francisco Beltrão.

Considerando que no ano de 1997 o Sudoeste paranaense possuirá 42 municípios e que conta atualmente com um único Batalhão sediado na cidade de Pato Branco, criado na década de 70 quando aquela região possuía apenas 27 municípios, torna-se plenamente justificável e necessária a instalação de mais um Batalhão da Polícia Militar tendo como sede a Cidade de Francisco Beltrão. Ainda há que se considerar que recentemente foram inauguradas novas instalações da Companhia da Polícia Militar naquela cidade, instalações estas que comportarão, perfeitamente, um contingente maior policiais militares.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei, que trará maior segurança à população daquela progressista região do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI N° 330/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Quadro Especial da Divisão de Engenharia na Procuradoria Geral do Estado, a serem preenchidos pelos funcionários do Quadro Geral do Estado, ocupantes dos cargos de Engenheiro e Arquiteto, e que prestam serviços na Procuradoria de Assuntos Especiais - PAE, na assessoria técnica nas áreas de Arquitetura, Engenharia Civil, Topografia, Cartografia e Agrimensura e que procedem a avaliação de bens nos casos em que houver incidência do ITCMD, Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis de Quaisquer Bens ou Direitos.

Parágrafo Único - Os cargos a que se refere este artigo terão a mesma remuneração ao percebido de Procurador Classe V, nível 1.

Art. 2º - Os efeitos da presente lei passarão a vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição faz-se necessária devido ao fato de que na Procuradoria de Assuntos Especiais, Órgãos da Procuradoria Geral do Estado, trabalham funcionários com atribuições de vital importância para a arrecadação de renda para os cofres públicos do Estado. São eles que realizam as avaliações nos casos de impostos "causa mortis" e de desapropriações. Sem os trabalhos técnicos desses funcionários seria impossível chegar-se ao bom termo das ações ajuizadas.

Assim sendo, nada mais justo que esses profissionais sejam melhor remunerados e valorizados com a criação do Quadro Especial da divisão de engenharia, já que exercem funções primordiais para o desempenho esperado à Procuradoria Geral do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 331/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraquara - APAE, com sede e foro no Município de Piraquara, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade associativa em questão, tem prestado relevantes serviços à comunidade que abrange, principalmente no que toca à promoção de atividades, estimulando o desenvolvimento e integração social do excepcional.

Portanto, merece ser declarada de Utilidade Pública Estadual, para que possa fruir das prerrogativas decorrentes e aperfeiçoar, ainda mais, suas atribuições sociais em benefício de um conjunto significativo de cidadãos.

Sendo assim, solicitamos o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Casa, ao Projeto de Lei que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 332/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Declarada de Utilidade Pública a Fundação Educacional Padre Luis Luise, com sede e foro no Município de Cafelândia-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A entidade tem caráter filantrópico, com finalidades eminentemente de assistência e amparo social, promoção humana, moral, religiosa e educacional dos cidadãos, atendendo aos seus fins através de métodos cristãos, sem qualquer espécie de discriminação e em colaboração com os poderes públicos instituídos.

No momento, a Fundação presta todo tipo de assistência a perto de uma centena de meninos de rua, treinando-os para se integrarem à Guarda Mirim, fornecendo-lhes roupas e alimentos durante período integral, além de prepará-los profissionalmente para adentrarem o mercado de trabalho.

Também os carentes e desassistidos são alvos constantes das atenções da Fundação, interessada em minorar o sofrimento de uma parcela significativa da população de Cafelândia.

PROJETO DE LEI Nº 333/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Fundação Laudelina Pereira - Filial de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Laudelina Pereira, criou o Centro de Educação Tecnológica Carambei - CETEC de Londrina, onde oferece aos seus 150 alunos as habilitações de Técnico em Agropecuária em Alimentos a nível de 2º Grau, e vem desempenhando suas funções em benefício da comunidade daquela região.

Já que preenche todos os requisitos da Lei nº 6994/78 e realiza tão nobre tarefa com muito êxito, nada mais justo que seu reconhecimento como de Utilidade Pública, motivo pelo qual espero, poder contar com o apoio dos nobres Srs. Deputados, visando a aprovação, por esta Casa de Leis, da Proposição ora apresentada.

PROJETO DE LEI Nº 334/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a AMARTE - Associação Maringense de Arte" com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que a "AMARTE - Associação Maringense de Arte" com sede e foro na Cidade de Maringá, preenche os requisitos legais necessários a sua declaração como de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica, está em efetivo funcionamento, prestando serviços à coletividade no âmbito de defender e desenvolver projetos culturais, eventos, concertos, apresentações, intercâmbios culturais e outras atividades no campo artístico - cultural.

Outrossim, a referida associação não distribui dividendos ou gratificação a seus associados e não remunera sua diretoria.

A presente iniciativa, além de inserir a entidade no rol do reconhecimento público, representa ainda o aplauso e incentivo ao muito que vem realizando e, certamente, continuará a realizar no campo cultural, promovendo o desenvolvimento da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 335/96

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Docentes da Uni-

versidade Estadual de Maringá - ADUEM, com sede e foro naquele município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos docentes da Universidade Estadual de Maringá - ADUEM, que se pretende que seja declarada de Utilidade Pública, é uma entidade de natureza civil, com duração indeterminada, sem fins lucrativos, sem distinções políticas, religiosas ou raciais, compostas por professores da Universidade Estadual de Maringá, conforme disposições estatutárias.

Tem por finalidade congregar os docentes de Fundação UEM numa ação comum, de tal forma que represente os interesses da categoria e preste assistência aos seus associados.

Verificando-se que o propósito desta Entidade é o de congregar e representar os docentes da Fundação Universidade Estadual de Maringá; expressar as reivindicações e lutas da categoria docente nos planos educacional, econômico, social, cultural e político; coordenar e unificar o movimento dos docentes da FUEM nas iniciativas de alcance nacional, estadual e local; buscar a integração com os movimentos e entidades nacionais e internacionais que lutam por princípios que expressem a defesa dos interesses dos docentes; manter e desenvolver ação cultural que envolvam os associados, através da realização de simpósios, seminários, encontros, atividades desportivas e publicações periódicas, e considerando ainda, que a ADUEM não distribui lucros, bonificações ou dividendos, sob nenhuma forma ou pretexto, aplicando integralmente sua receita nos fins sociais dentro do território nacional, e que não remunera seus diretores, não se pode deixar de contemplá-la e prestigiá-la, declarando a mesma, uma entidade de utilidade pública.

Da documentação que anexamos à presente proposição, depreende-se que atende plenamente aos requisitos da legislação que regulamenta a concessão dos títulos de utilidade pública, motivo pelo qual esperamos o apoio e conseqüente aprovação dos Nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 336/96

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto Ciência & Fé, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Ciência & Fé, pessoa jurídica sem finalidade lucrativa, tem como objetivo precípuo o estímulo a pesquisa e estudos referentes às relações entre a fé religiosa e a ciência, ambas nas suas múltiplas expressões.

O referido instituto vem promovendo benefícios desinteressadamente à coletividade através de creche, realização de estudos, pesquisas e palestras voltadas a aprofundar conhecimentos na área científica, religiosa e cultural, contribuindo para a defesa dos direitos e valores fundamentais do ser humano.

Diante do exposto, e conforme a documentação que em anexo encaminhamos, o presente plano de lei atende os requisitos exigidos pela lei que disciplina a matéria, razão pela qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 337/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, autorizado a construir e pavimentar a estrada ligando as rodovias PR-218 a PR-439 entre os Municípios de Jundiá do Sul e Santo Antonio da Platina, numa extensão de 12,5 quilômetros, dentro do "Programa Estradas Rurais - Caminhos para a Educação" no exercício financeiro do corrente ano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada numa extensão de 12,5 km, ligando as rodovias PR-218 e PR-439 entre os Municípios de Jundiá do Sul e Santo Antonio da Platina, é uma antiga reivindicação daquela laboriosa população, visto que em muito contribuirá na economia de combustíveis, tanto no transporte de alunos, como no escoamento das safras agrícolas, visto ser uma região habitada essencialmente por pessoas que vivem do trabalho agrícola, considerando ainda que a diminuição no trajeto rodoviário auxiliará em muito no transporte de pessoas carentes para outros centros com maiores meios de atendimentos médicos e hospitalares, como é o caso de Jacarezinho, Santo Antonio da Platina e outras ci-

dades da região, além de facilitar os estudos de alunos da região.

PROJETO DE LEI Nº 338/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo - PR, com sede no Município de Cantagalo e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cantagalo - PR, é uma entidade civil de caráter filantrópico que tem por finalidade a assistência à saúde e à educação dos excepcionais, proporcionando de forma gradativa a sua reintegração à sociedade.

Consta entre suas atividades assistência médica e alimentar aos excepcionais, programas de desenvolvimento de suas aptidões, entre outros.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada a este segmento da comunidade.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 339/96

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Recanto da Criança, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A APARC - Associação de Pais e Amigos do Recanto da Criança, situada em Cascavel, é uma entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo o abrigo de crianças órfãs, abandonadas ou de situação familiar precária, às quais presta, em regime de internato, por tempo integral e em caráter gratuito, habitação, alimentação, vestuário, assistência médico-dentária, formação humana e religiosa, cultivo de bons hábi-

tos, além de lhes proporcionar lazer e recreação.

Mensalmente são abrigados na entidade, em média, cinquenta menores, entre os quais alguns com deficiência mental, e todos portadores de traumas familiares.

É de fato um trabalho que merece ser enaltecido por esta Casa de Leis, com a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI N° 340/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada de Rodovia Cândido Rizzotto a PR-471, rodovia que liga Porto São Paulo, no Município de Nova Prata do Iguagu, a Salto do Lontra.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(aa) EDGAR BUENO
ANIBAL KHURY
CAÍTO QUINTANA
NELSON TURECK
WALMOR TRENTINI
VALDIR ROSSONI
AUGUSTINHO ZUCCHI
CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Cândido Rizzotto foi pioneiro em Nova Prata do Iguagu, tendo chegado àquela região no ano de 1961 e lá vivido até a sua morte, em 1984.

Foi fundador do Município de Nova Prata. Foi também o primeiro comerciante local.

São por esses motivos que solicitamos o apoio dos nobres Pares para esta homenagem a um homem que dedicou a vida inteira ao progresso daquela região.

PROJETO DE LEI N° 341/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a regularizar os imóveis que fazem parte do loteamento Curitiba, na Cidade de Cascavel, após detalhado exame de cada caso, e transferir o domínio útil dos mesmos aos detentores de direito possessórios regular e legitimamente exercidos e adquiridos de quem possuía o domínio ao tempo da alienação ou da promessa.

§ 1° - Para as providências previstas neste artigo, e considerando os levantamentos técnicos já realizados e os que forem necessários realizar, fica o Poder Executivo autorizado a reconhecer ou não, pela via administrativa, a legitimidade das posses exercidas e dos títulos aquisitivos que forem apresentados, tanto os re-

lativos às posses quanto ao domínio de cada imóvel.

§ 2° - Para todos os efeitos legais a regularização referida nesta lei não importará em transferência de domínio de bens públicos do Estado, mas tão somente em regularização fundiária de imóveis de reconhecido domínio particular.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.08.96.

(aa) EDGAR BUENO
CEZAR SILVESTRI
VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um dos últimos conflitos fundiários ainda pendentes de solução no Oeste do Paraná, mais especificamente em Cascavel. Com o crescimento da cidade, o imóvel denominado Loteamento Curitiba faz parte hoje do perímetro urbano.

Envolve pessoas pioneiras na região, que adquiriram e estão na posse dos imóveis há mais de duas décadas - muitos deles há mais de 30 anos, e que até hoje não conseguiram regularizar a questão dominial.

Foram aquisições legítimas, feitas a quem era detentor de títulos formalmente também legítimos, somados à justa posse.

Há pessoas que construíram suas casas nos imóveis e nelas residem desde a década de 1960, possuindo apenas contratos de compra e venda ou mesmo simples recibos de sinal de pagamento.

O proprietário dos imóveis era, na época, o atual Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, mais tarde arbitrariamente despojado de muitos de seus bens por atos do governo militar.

E essas pessoas, todos cidadãos de bem e possuidores de boa fé, estão há muitos anos tentando regularizar a situação relativa aos títulos de aquisição, sempre enfrentando obstáculos de natureza administrativa, porque se alegava haver o entendimento de que os referidos imóveis estavam incorporados ao patrimônio do Estado do Paraná. Incorporados de direito foram, na verdade, os imóveis do mesmo loteamento onde estão hoje instalados o Quartel do 6° Batalhão da Polícia Militar, a 15ª Subdivisão Policial (Polícia Civil) e o Centro Esportivo Ciro Nardi, além de outros lotes onde foram construídos postos de saúde e escolas públicas.

Os imóveis cujo domínio pertencia a particulares não foram e nem poderiam ser incorporados ao patrimônio do Estado, sen-

do este um injusto e insustentável argumento para ser posto como obstáculo à regularização plena dos mesmos imóveis.

O próprio Estado possui levantamentos detalhados das áreas e tem pleno conhecimento de que as posses são anteriores à possível e precária incorporação ao patrimônio público e também a legitimidade dos títulos aquisitivos. Criou-se portanto um impasse na esfera administrativa: de um lado o óbice legal a que o particular possa alegar prescrição aquisitiva em relação a bens supostamente de domínio público, e assim portanto longe de eventual solução judicial através do usucapião; e de outro lado o próprio Estado, conhecendo o problema e desejando a solução, porquanto sabe que o problema envolve a justa aflição de mais de 65 famílias de pessoas pioneiras de Cascavel, detentoras de justos títulos, e principalmente consciente de que tais imóveis não integram verdadeiramente o patrimônio público, mas de qualquer forma impedido de outorgar os títulos definitivos pela via administrativa por falta de previsão e amparo legal.

Assim, ainda que tardiamente, esta Casa de Leis vem fazer justiça, reparando sucessivos erros decorrentes de atos arbitrários e ilegítimos, permitindo que o Estado reconheça em definitivo o domínio privado de tais imóveis urbanos, outorgando aos possuidores de boa fé, que assim provarem e forem reconhecidos, se necessário, novos títulos dominiais de forma a pacificar a questão fundiária aqui relatada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra ao Deputado Élio Rusch que irá, em nome da Casa e desta Presidência saudar o ilustre Deputado empossado, que, pela primeira vez, divide a representação, conosco, do povo do Paraná nesta Casa. Takayama será um grande companheiro.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Parlamentares, em especial o mais novo Deputado deste Poder, o Sr. Takayama.

Na verdade a democracia e a própria política, e o ato do voto fazem com que cada cidadão que almeja disputar um cargo, para que ele cheque a exercê-lo, se faz necessário que ele tenha conquistado através das urnas os votos necessários para ocupar o cargo ao qual ele tenha se destinado.

E esta Casa de Leis, ou seja, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, composta por 54 Deputados Estaduais, alguns dos nossos companheiros já tenham as-

sumido Secretarias do atual Governo, caso do Deputado Hermas Brandão e outros Deputados Suplentes, vieram assumir a vaga deixada por estes que vieram assumir cargos do Governo do Estado ou em outros Poderes.

E no dia de hoje, assume para alegria nossa e para este Poder uma pessoa conhecida, não só em Curitiba, mas uma pessoa conhecida no Estado todo, Takayama que já foi candidato a Deputado, em 1990. Takayama, que já foi Vereador e tem honrado muito o seu mandato aqui na Capital do Estado, quando foi eleito no ano de 1988.

Em 1992, Takayama, foi candidato a Vice-Prefeito, com o grande Deputado, nosso companheiro, Luciano Pizatto.

Nesse momento, Takayama, assume a cadeira aqui no Poder Legislativo, vaga essa deixada pelo Deputado Nelson Justus, que foi convidado pelo Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, para exercer a função de Secretário da Indústria e do Comércio do nosso Estado.

Sabemos, nós, que Nelson Justus, saberá, acima de tudo honrar e dignificar o cargo que lhe foi confiado pelo Governo do Estado do Paraná.

E da mesma forma a você Takayama, não só pelo fato de pertencer ao nosso Partido, o PFL, mas pela sua vivência, pela sua conduta não só na vida pública, mas a sua conduta dentro do seu círculo de amigos, dentro da sua igreja e dentro da sua família é motivo suficiente para nós fazermos deste momento a sua homenagem, não só em nome do PFL, mas em nome deste Poder. Seja feliz, que Deus lhe acompanhe nesse seu mandato.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Takayama.

O SR. TAKAYAMA - Senhor Presidente desta Casa de Leis, Senhores Deputados, amigos aqui presentes.

Ao ocupar esta Tribuna pela primeira vez inaugurando um novo período na minha vida, gostaria neste instante de deixar aqui um momento de gratidão a todos os meus amigos. Durante toda esta minha jornada, desde o momento em que abracei a vida pública em 88 quando Vereador aqui na Capital, em Curitiba, tenho procurado pautar a minha vida no sentido público em tentar ajudar as classes mais carentes, mais sofridas e que é na sua maior parte o meu segmento. Quero neste momento Senhor Presidente, amigos, companheiros de Plenário. Como Deputado reconheço que ao assumir como suplente estou entrando com um certo período de atraso. Na verdade recebi uma votação de mais de 22.000 votos no entanto fui prejudicado por um homônimo, um

outro candidato com o mesmo sobrenome meu, por isso, acabei sendo prejudicado não ocupando desde o início desta legislatura o meu mandato.

Mas isto não importa, nunca é tarde para começar quando temos dentro de nós o ideal e o desejo de melhor servir e sempre servir àquelas que nos representam.

Gostaria de enumerar neste momento algumas pessoas que me são muito caras. Gostaria de agradecer a presença do meu Pastor Presidente, figura, pessoa a quem eu tenho procurado moldar como espelho na minha vida. Pastor José Pimentel de Carvalho. Quero agradecer a presença de algumas pessoas especiais: Pastor Ivo Luis de Souza de Londrina, Pastor Carlos Marquiro, Pastor Clodomir, enfim, os Pastores que aqui estão. Pastor José Poli, o Pastor Martins, enfim todos os Pastores. Eu tomara o meu pequeno tempo de cinco minutos para enumerar todos os nomes e tenho certeza que os meus companheiros entenderão isso.

Gostaria de dizer que a razão de nós estarmos aqui é procurar ajudar a minimizar o sofrimento da nossa população carente. Sabemos que vivemos numa sociedade imperfeita e que a divergência de ideais, as correntes aqui presentes formam este grupo de Parlamentares, homens do maior respeito que com certeza estão aqui para ajudar a resolver os destinos da nossa Pátria, do nosso Estado, os destinos da nossa cidade. Quero neste momento dizer que todos nós procuramos aquilo que se chama de utopia mas a utopia existe. Me faz lembrar o Prêmio Nobel da Paz Martin Luther King, Pastor quando estava caminhando, viajando em direção a Oslo, Noruega em busca do seu prêmio Nobel, passou pela Inglaterra e fez um pronunciamento na Catedral de São Paulo, em Londres, na Igreja Anglicana. Dizia Luther King que existe uma cidade perfeita, existe uma sociedade perfeita e ela está relacionada no livro da revelação Apocalíptica, cap. 21, versículo 16 que narra um modelo que todos nós queremos e que existe como está na revelação bíblica. Uma cidade sem os defeitos, sem as imperfeições, sem ser desproporcionada. A revelação diz que o modelo desta cidade é uma cidade com a mesma largura, o mesmo comprimento, a mesma altura. A nobreza desta cidade está exatamente nas perfeições de todas as suas dimensões. Quero nesta hora dizer a todos os meus companheiros de Casa que procurarei pautar a minha vida exatamente na busca deste modelo, na caminhada pelo comprimento, na caminhada pela largura e na caminhada pela altura.

A civilização, a nossa civilização procura este modelo perfeito. Os males do mundo hoje estão exatamente na imperfeição, quando lembramos da Grécia, a grande

civilização grega, com a sua contribuição notável na filosofia e no conhecimento poético, também foi imperfeita porque construiu a sua sociedade nos alicerces da escravidão. As civilizações ocidentais, grandes, nos legou as glórias da arte e da cultura e ainda a grande revolução industrial que foi o início da abundância material ao ser humano, mas também foi imperfeita porque ela se fundamentou na injustiça e no colonialismo que colocava os bens materiais acima dos objetivos morais e espirituais. O próprio exemplo moderno da grande América, grande Nação que ofereceu ao mundo a Declaração da Independência e também dos Direitos Humanos, além dos enormes progressos tecnológicos, Senhor Presidente, mas também foi imperfeita, porque construiu a sociedade privando 22 milhões de negros da liberdade e à procura da felicidade.

Então, quero nesta hora dizer aos companheiros desta Casa, ao povo do Paraná, que nós procuraremos pautar a nossa vida neste companheirismo em que convivemos nesta Casa para sempre, dizer que tenho no meu coração o modelo de uma sociedade perfeita, perfeita no seu comprimento, perfeita na sua largura, perfeita na sua altura. Dimensão de comprimento que significa a vida de um homem dentro de si, dele mesmo, incansavelmente na procura da sua verdadeira finalidade, da sua vocação para a própria satisfação. Na sua largura que é nossa identificação com o semelhante, o reconhecimento da igualdade do seu semelhante na fraternidade e no companheirismo. E na altura que é o nosso relacionamento com Deus, porque um homem sem Deus não será nada. Nenhuma lei será válida, nenhuma justiça será verdadeira justiça se o homem não procurar pautar a sua vida no respeito e na fé ao nosso Deus.

Será desta forma que eu me conduzirei nesta Casa e tenho certeza que tenho atrás de mim a representatividade do povo evangélico do Paraná e a qual eu procurarei desincumbir a grande responsabilidade que me foi imposta para estar aqui diante dos meus companheiros nesta Casa de Leis.

Quero deixar aqui o meu agradecimento a todos os companheiros, o meu respeito ao Líder do meu Partido, agradecer ao nosso companheiro Elio Rusch pelas palavras introdutórias e a todos os nossos companheiros a minha gratidão e o meu respeito.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na condição de Presidente do Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa e também por solicitação do nobre colega, Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, desejo manifestar nesta tarde que no dia de amanhã às nove horas nós estaremos realizando a abertura de um seminário que irá acontecer aqui nas dependências desta Casa e que irá tratar sobre a questão do seguro agrícola no Estado do Paraná.

Os Senhores Deputados, principalmente aqueles mais ligados ao setor agropecuário, que integram a comissão de agricultura e o Bloco Agropecuário, já tiveram oportunidade de em outras ocasiões e até mesmo em outras legislaturas, de nesta Casa debatermos as questões ligadas ao seguro agrícola. Lembro-me que este assunto foi objeto de avaliação quando escrevemos a Carta Magna do Estado do Paraná. A nossa Constituição que teve o Deputado Caíto Quintana como seu Relator, me lembro que quando nós instituímos no Paraná a Lei Agrícola estadual após dezenas e dezenas de reuniões realizadas, tendo a participação de todas as Bancadas Partidárias desta Casa do segmento organizado, relativo ao setor produtivo, quando instituímos no Paraná Lei Agrícola Estadual, sancionada que foi pelo Governador Roberto Requião, nós colocamos lá um capítulo do seguro agrícola.

Posteriormente o Deputado Ovídio Constantino, Deputado Ernani Pudell, da Bancada do PT, apresentaram um Projeto que foi aprovado por esta Casa, vetado pelo Governador. E neste momento, a nível de outros Estados da Federação e a nível do Congresso Nacional, discute-se com grande interesse a implantação de uma nova modalidade de garantia para a atividade produtiva do meio rural. Todos sabemos que há muitos anos existe no País o PROAGRO, que muitas vezes não garantiu a atividade agrícola, mas garantiu apenas a instituição financeira que liberava os recursos, garantia enfim o financiamento perante o Banco, mas não garantia as perdas que porventura viesse a ter os produtores rurais em função dos mais diferentes problemas que acometem uma lavoura, seja ela em função de uma praga, ou de uma função climática, como estamos vendo agora quando o Paraná tem uma situação de seca. Isso criou praticamente a área de trigo plantada no Paraná, mas a longa estiagem que assola o Estado como um todo está fazendo com que todos possamos verificar no interior do Estado lavouras de trigo com pouco mais de 20 centímetros já cacheando e perdendo esta lavoura inteira. Então, nós queremos discutir com mais profundida-

de a questão do seguro agrícola que queremos ver institucionalizados. Essa reunião acontecerá amanhã das 9:00 às 12:00 horas, no Plenarinho da Assembleia, sobre a coordenação do Deputado Augustinho Zucchi, do Deputado que vos fala, do Presidente da OCEPAR, Doutor João de Paulo, Doutor, Presidente da FAEP. E teremos a oportunidade de receber representantes da FENASEG, teremos a presença do Senador Osmar Dias, a presença do Deputado Federal Abelardo Lupion. Então, uma reunião da maior importância porque nesta Casa o projeto de lei já tramita discutindo a implantação do seguro agrícola a nível de Estado.

Antes evidentemente de concluir, estando já na tribuna, estendo votos de boas vindas e de trabalho profícuo nesta Casa ao meu amigo de muitos anos Deputado Estadual Hidekazu Takayama, que chega a esta Casa, tenho certeza, para desenvolver um trabalho voltado às questões sociais, às questões programáticas do seu partido, enfim, voltado ao interesse comum do Estado do Paraná. Ao Deputado Takayama meus votos de boas vindas e tenho certeza que nesta Casa encontrará aqui mais um parceiro para sua jornada, já que há muitos anos nos conhecemos, amigos somos de muito, longa data poderia assim dizer, e aqui dentro terás um parceiro para a sua jornada, e esperamos que prossiga por muitos e muitos anos nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A palavra com o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa-tarde, uma saudação especial ao nosso novo companheiro, Pastor Takayama, seja bem-vindo a esta Casa.

Gostaria de usar o espaço na tribuna, esta tarde, para ser muito breve, porque estou encaminhando a Mesa, para que faça chegar às mãos do Governador, um abaixo-assinado contendo 5.334 assinaturas. Assinaturas que foram colhidas na Rua XV de Novembro, pelo Sindicato dos Bancários. Esse trabalho do Sindicato dos Bancários que montou uma barraquinha na Rua XV para colher as assinaturas da população curitibana, estas assinaturas estão aqui, em apoio a um projeto que eu apresentei aqui na Assembleia Legislativa no começo deste ano, deste período legislativo.

É um projeto simples e se nós fizermos leis iguais teríamos estar indo, exemplo a Nação brasileira. É um projeto que reduz a multa de 10 para 2%. E hoje os jornais, todas as emissoras de televisão trazem a notícia da redução da multa de 10 para 2%. E me surpreende, e quero deixar aqui registrado nesta primeira sessão do segundo semestre, a minha surpresa quanto

ao Parecer da assessoria da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria Fiscal, uma senhora que analisou o nosso projeto, uma senhora que seria Procuradora do Estado, que assina o Parecer, Jocélia Nogueira Brulliani, diz que nosso projeto não pode ser aprovado. Ora, como não? Se o próprio Presidente da República disse que multa neste País agora será de 2%! Então nós poderíamos perfeitamente ter saído na frente.

Eu até trago aqui cópia de uma notícia do jornal O Estado do Paraná, da última 6^a feira, 2 de agosto, que diz o seguinte: "Cardoso sanciona Lei que reduz multa". Eu confesso que não entendo mais nada!

Nós, aqui no Paraná, temos um Projeto simples, pequeno mas de grande alcance social, da multa diária de 0,25% ao dia, que até o 8º dia dá 10%.

O objetivo do Deputado Ricardo Chab, o objetivo desta Casa seria, na verdade, punir aquele que paga em atraso sim, mas punir dentro de uma coisa justa, porque gente, 10% da multa no atraso do pagamento da água, de 1 só dia, 10% representa o que o cidadão vai buscar na poupança em 12 meses, e ele paga 10% por um só dia de atraso. Então é uma coisa absurda, porque hoje nós temos meses, neste País, de deflação, nós temos no máximo inflação de 1,25, e tivemos meses com deflação, e o consumidor não é contemplado!

Então quero aqui pedir a Liderança do Governo, ao candidato a vice-Prefeito, meu companheiro de rádio, Alqaci Túlio, pedir para que naturalmente primeiro leve em conta a vontade da população explicitada neste abaixo-assinado com 5.334 assinaturas, que vou fazer chegar a Mesa da Casa, por um requerimento daqui a pouco. E pedir para que, de repente a Procuradoria Fiscal do Estado reveja a sua posição, porque a Lei aprovada inclusive em Brasília já regulamenta no código de defesa do consumidor a multa de, no máximo 2%. Como é que nós vamos ficar? Vamos esperar a decisão vir de Brasília, ou nós aqui do Paraná vamos dar exemplo que realmente nós queremos a proteção aqueles que têm um bem de relação de consumo ou que o Estado presta serviço ao cidadão, ao contribuinte?

Então só gostaria de colocar que o Presidente da República disse na última 6^a-feira o seguinte: "No caso das contas públicas a questão poderá ser resolvida por decreto presidencial". Então Deputado Alqaci Túlio pode ser resolvida por decreto governamental! Então vamos ir fundo na questão do projeto. Eu inclusive fiz questão de retirar do projeto a questão dos impostos, a questão específica do ICMS, porque é claro, nós sabemos que o ICMS é a grande fonte de arrecadação do Estado. En-

tão quero agradecer a participação dos Srs. e vamos tentar discutir, o Projeto que já foi aprovado em 1^a Discussão, só que agora houve o pedido por parte da Liderança do Governo a retirar por duas sessões e deve voltar. Com esse parecer eu não sei, eu acho que a Procuradoria Geral do Estado, tromba de frente com a vontade do Governo Federal e com a vontade da população curitibana.

Muito obrigado! Boa tarde!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o ilustre Deputado Jocélito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, primeiro justificando que a garganta está esfacelada, porque a nossa campanha em Ponta Grossa para Prefeito é uma campanha pobre e, quando a campanha é pobre a gente se obriga nos pequenos carros de som, a falar alto.

E com essa temperatura a gente acaba ficando com a garganta nessa situação. Mas é muito mais bonito você ficar sem garganta, você ficar com a garganta doída, mas estar tranquilo de estar no palanque correto, que é o palanque do povo de Ponta Grossa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de dizer nessa tarde de que a partir de hoje, nós deveríamos nos licenciar aqui da Assembléia para fazermos a nossa campanha de Prefeito de Ponta Grossa.

Mas em razão de que nós fomos eleitos para sermos Deputados, nós queremos reafirmar a posição de que nós não deixaremos essa Casa nem no período eleitoral.

Entendo que fui eleito para ser Deputado, e nesse período eleitoral aqui estarei, não deixando em nenhum momento de comparecer nas sessões dessa Casa. Acho que eleição se ganha com o trabalho, eleição se ganha com as promessas de campanha cumpridas, a eleição se ganha por respeitar o que o povo lhe deu que é o direito de ser Deputado.

Deputado Alqaci Túlio, só estou falando dessa tribuna hoje, não é protesto a bancada do Governo nem muito menos ao Governador. Respeito o Governador do Estado, já esteve em Ponta Grossa, cabe a ele o direito de pedir voto para quem ele achar melhor.

Nesse período em que estiver aqui na Assembléia, e que sou candidato, e que o Governador vai a Ponta Grossa pedir voto, não para mim que também trabalhou para ele, mas fez a sua melhor escolha, eu como um gesto de amizade a ele, e continuarei votando as coisas de interesse de Ponta Grossa e da nossa Região, sempre com o Go-

verno e quando não for necessário ficarei do outro lado.

Mas gostaria de dizer Deputado Algaci Túlio, que a vinda para esse lado aqui não quer dizer que nós vamos votar contra os interesses do Paraná, é uma forma de dizer ao Governador que nós confiamos nele, apesar de ele ir a Ponta Grossa e não pedir votos para nós. Nós respeitamos a sua opinião, e queremos que ele seja muito feliz. Senhor Presidente, dia 8 estará nesta Casa, o vice-Presidente da Kaiser, é um pedido nosso, o vice-Presidente da Kaiser vem a esta Casa para falar sobre o ICMS, as dificuldades que a Kaiser está tendo, e o motivo que demora a Kaiser a abrir as suas portas em Ponta Grossa.

Para isso fizemos um pedido do vice-Presidente da Kaiser, Doutor Jardim, que estará aqui na próxima quinta-feira, exatamente para tratar desse assunto.

Também gostaria de cumprimentar o nosso novo Deputado Takayama e dizer a ele que essa Casa fica satisfeita de ter mais um Deputado Social, acho que é importante que se trabalhe sempre pelas pessoas que mais necessitam.

Portanto, Senhor Presidente era isso que nós gostaríamos de dizer, e também de dizer que em plena eleição em Ponta Grossa, nós somos eleitos Deputados, e havemos de cumprir com muita honra o mandato que nos foi dado pelo povo de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra no Horário das Lideranças ao ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria primeiro, de saudar o novo Deputado neste Parlamento, o Deputado Takayama, que tive a felicidade de conhecê-lo como Vereador.

E, Vereador que fui por seis anos, que é o começo da vida política.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Takayama, e já quero dizer a ele que a sua cadeira não é uma cadeira instável, Vossa Excelência já pode se considerar Deputado, porque o Deputado Algaci Túlio vai ser o vice-Prefeito da Capital. Com todo respeito o Deputado Ângelo Vanhoni.

Tenho assistido o horário do TRE, tenho visto o programa do Deputado Ângelo Vanhoni um programa alegre, feliz, sem radicalismo, uma imagem bonita no ar.

Vi o programa do Deputado Max Rosemann também um programa sem ódio.

Vi o programa do Deputado Algaci Túlio, do Secretário Cássio, realmente uma obra prima, como fez uma análise hoje o

jornal Indústria e Comércio, uma análise real do que é o horário do TRE.

Enfim, estão de parabéns os partidos políticos que estão no TRE, e procurando fazer as suas propostas para a Capital do Estado.

Digo o mesmo de Londrina, onde os programas do Deputado Antonio Belinati, Deputado Haully são programas bem feitos, com propostas sérias, sem ódio, sem maldade.

Mas, o que estou preocupado nesta tarde, queria dizer a todos os Senhores Deputados, principalmente aos candidatos que estão aqui, uma preocupação Deputado Takayama, tenho corrido o Paraná e, estou sentindo que o povo não sabe o que é que vai acontecer no dia três de outubro.

Tiveram a ousadia de perguntar para mim se eu era candidato para alguma coisa. Eu falei não. "Que eleição nós vamos ter este ano?"

Olha nós vamos ter eleição para Vereador e para Prefeito Municipal.

Duas urnas eletrônicas. Curitiba e Londrina. Vejam bem, Senhores Deputados como é importante o meu pronunciamento, gostaria que chegasse ao TRE. Vejam bem, duas urnas eletrônicas, todos estão pensando que irá ter urnas eletrônicas no Paraná inteiro.

Em Maringá, na terra do Deputado Joel Coimbra, que desponta como o primeiro nas pesquisas, que Cristo o acompanhe na sua caminhada. Tenho certeza que ele está ao lado de Cristo, que a sua campanha também será vitoriosa como também será a do Jocelito Canto. Há necessidade de se falar, de se montar um programa. Gostaria que o Deputado Ângelo Vanhoni no seu próximo programa que o Senhor fosse à tevê, e dissesse: Este ano vamos ter eleição para Prefeito e Vereador. Explicar. O mesmo digo aos demais Deputados: Algaci, Joel Coimbra, Jocelito.

Tem que explicar. Por exemplo, em Ponta Grossa o Jocelito tem que explicar que não tem urna eletrônica, que em Ponta Grossa é a cédula, tem que riscar o número. E tem que escrever o número do candidato a Vereador.

Em Maringá, a mesma coisa. Porque tenho andado em Londrina e neste final de semana estive nos 5 conjuntos, e me perguntaram: Como é que eu vou votar, que jeito que eu vou votar, como que vota? Eleição para que? Não é possível, meu Deus.

Então acho que o TRE tem que requisitar um horário nobre, na hora da novela das oito, o TRE tem que fazer a chamada de uma semana, dizendo: Atenção, o TRE tem uma bomba. Aí todo mundo vai se preocupar com o diabo dessa bomba e vai ficar sentando na frente da televisão.

Porque se disser que o TRE vai falar

amanhã, ninguém vai se preocupar. Então tem que dizer que vai soltar uma bomba na televisão. Aí o povo vai assistir. Aí alguém do TRE comunicativo, vai explicar: olha, esta urna eletrônica é só para Curitiba e só para Londrina, nos outros municípios vocês vão usar a cabina, vocês vão escrever na cédula um X, vocês vão escrever o nome do Vereador.

E dizer que este ano vamos ter eleição apenas para Vereador e para Prefeito.

Eleição para Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual, será só em 1998. Não está havendo isso, Senhores.

Quando cheguei ontem à tarde fui à Rua 24 Horas, tomar um lanche rápido, quando pedi o lanche, a moça virou para mim e fez a seguinte pergunta: - Deputado Alborghetti, este ano tem eleição para quê? Aí eu disse: não, este ano você tem que votar - são vários candidatos a Prefeito - você tem que escolher o seu candidato a Prefeito, por exemplo, o meu candidato é o Cássio. Você tem que escolher: tem o Cássio, tem o Carlos Simões, tem o Ângelo Vanhoni, tem vários candidatos. Você tem que escolher o seu candidato a Vereador. Você tem que votar, não deixar de votar.

Ela, ainda: e aquela máquina que eles estão mostrando como é que funciona? Eu disse: não tenho um desenho aqui mas vai aparecer na televisão alguém que vai explicar como é que funciona essa máquina. Então queria deixar um apelo ao Deputado Algaci Túlio. Hoje o Deputado Algaci Túlio apareceu ao lado de um candidato a vereador, até achei fantástico, achei que foi o maior (merchandising) que mais faturou na televisão, hoje, foi o candidato que não falou absolutamente nada, só quem falou foi o Algaci. Então chamou a atenção foi o Algaci. A imagem do Algaci, não a do vereador, o Algaci pedindo voto para o Vereador.

Então, temos que ocupar, Deputado Algaci, no horário de Vossa Excelência, explicar para o povo, olha, atenção o Deputado Algaci aparecer na televisão: "Curitiba, sou o Deputado Algaci Túlio e sou candidato a vice-Prefeito. Gostaria de dizer aos bairros, as vilas, aos conjuntos habitacionais que este ano teremos eleição para Prefeito, vocês votem no Cássio, número, e vocês vão votar, também para vereador. Este ano vamos mudar a Câmara Municipal ou reeleger os Vereadores e vocês vão ter que escolher um novo Prefeito e um novo vice-Prefeito da Capital". É essa a minha ideia.

Porque andando, por exemplo, estive no Bairro da Fazendinha com o Prefeito Rafael Greca, falei para duas mil pessoas, Senhores, duas mil pessoas me aplaudiram de pé! Fui aplaudido de pé! Foi a maior manifestação que recebi na minha vida na Capital

do Paraná, foi a maior manifestação que recebi na minha vida, sem política, sem falar absolutamente nada! Fui lá para acompanhar, para acompanhar as inaugurações do Prefeito Rafael Greca e vi o carisma que tem o Rafael. Vi o carisma! Já está começando a sua caminhada para o Governo do Paraná.

Vejam bem, quando desci do palanque, Deputado Luiz Carlos Martins, quando desci uma senhora me perguntou, veja bem, com um timbre do candidato dela, se não me enganano lá tinha timbre do PT, e vi lá Max, lá na festa, você vê que a festa era democrática, tinha candidato de tudo lá.

Então, ela veio para mim, e ela com o panfleto, aquele decalque, eu com o decalque aqui do Cássio, e conversando com ela, ela com o decalque do Max, ela falou: "Pois é, Deputado, este ano, então nós vamos votar para Deputado".

Então, falei meu Deus do céu, falei: mas, como nós vamos votar para Deputado. A senhora não está com o timbre aí? A senhora não é cabo eleitoral? "Sou".

Então, o candidato da senhora não a orientou que este ano a senhora vai ter que só pedir voto para Prefeito e para Vereador?

Aí, nós ficamos conversando. Aí, conversei com o Prefeito Rafael Greca, falei: "Rafael, tem que dar uma aula para esse povo, porque a maioria dos idosos que estão aqui querem votar e não sabem que vão ter que votar para Prefeito, e vão ter que votar para Vereador."

Então, gostaria de deixar aqui um apelo ao Deputado Ângelo, ao Deputado Algaci, aos companheiros que têm programa de televisão, que fotografam bem, que chamam a atenção como o Algaci chamou a atenção, hoje. Aquele Vereador tem que agradecer a Deus, entendeu?

Então, tem que aproveitar esses programas de impacto e orientar a população, este ano você vai votar para Vereador e para Prefeito.

E o interior, eu até estou com uma ligação com o Deputado Antonio Belinati, pedir para ele orientar também que é para Prefeito e para Vereador e os outros municípios, como a terra do Deputado Joel, a terra do Deputado Jocelito, a terra do Deputado Miltinho, ocupar Deputado as emissoras de rádio e dizer que não tem urna eletrônica no interior, que é cédula e que nós vamos ter eleição para Prefeitos e Vereadores.

E gostaria, inclusive, que a Presidência desta Casa, o Deputado Ângelo, o Deputado Algaci, os candidatos da Capital levassem essa proposta ao TRE, que o TRE monte um programa específico na televisão. Para quê? Para que eles possam orientar os

telespectadores.

Como disse, Vossa Excelência Deputado Ângelo, que me marcou muito aquilo que o senhor disse: "tenho quatro mil militantes que vão divulgar". Quer dizer os seus quatro mil militantes, aquele dia, o senhor deve ter mais quatro vai aumentando, quer dizer, esses quatro mil que o senhor tem, estão orientando o povo. Mas, importante é que Vossa Excelência também oriente através da televisão.

Fica aqui o meu apelo a esta Casa e aos senhores candidatos que orientem os eleitores que este ano para que continuemos com as asas da nossa liberdade votemos, escolhamos o Prefeito e o Vereador.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos as outras Lideranças é com satisfação que esta Mesa Executiva registra a presença em nossa Casa do ilustre Senador da República deste Paraná, Senador Osmar Dias.

Com a palavra PDT, PSDB.

(Declinam)

O SR. EDGAR BUENO (Pela Ordem) - Só para anunciar a presença que nos honra muito da Vereadora Marli Regina, que nos honra com a sua presença. Em nome de todos os Deputados queremos agradecer a sua presença e lhe dizer muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Presença registrada e associada pela satisfação da Mesa Executiva e de toda esta Casa de Leis.

Com a palavra PPB, PMDB. (Declinam)

Com a palavra o ilustre candidato a Prefeito Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado recém empossado Senhor Takayama, seja bem-vindo a esta Casa.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que me traz a esta tribuna é uma notícia na Gazeta do Povo de ontem que me fez pensar. Lendo a Gazeta do Povo vi uma nota política de que a Secretaria de Estado da Agricultura está procedendo um convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná para que esta Universidade preste assessoria ao Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura para o desenvolvimento, de um programa aprovado por nós aqui na Assembleia Legislativa que é o Paraná Rural, com verbas de empréstimos que virão de organismos internacionais para ajudar no desenvolvimento do interior do nosso Estado. Só que me ocorreu um estranhamento. O valor do convênio é de 250 mil reais e ainda podendo ser prorrogado.

O convênio é de 6 meses a 8 meses, pode ser prorrogado pelo mesmo período pelo mesmo valor.

Até aí tudo bem. Só que me veio uma interrogação, porque fui aluno da Católica, conheço a Católica, mas a Universidade Católica não tem curso de Agronomia, ou será que tem? Aí fiquei na dúvida: será que começou o curso de Agronomia e eu não sabia? Aí fui pesquisar, Deputado Alborghetti, não existe curso de Agronomia na Universidade Católica do Paraná. Bom, mas aí eu disse: Deve ter curso de Veterinária, porque a Paraná Rural é para assessorar o Governo do Estado nos financiamentos, no convênio, no desenvolvimento do programa para o interior do Estado, Paraná Rural, e digo: Deve ter curso de Veterinária, porque a Paraná Rural é para assessorar o Governo do Estado nos financiamentos, no convênio, no desenvolvimento do programa para o interior do Estado, Paraná Rural e digo: deve ter o curso de Veterinária. Aí fui pesquisar e não há nenhum formando do curso de Veterinária na Católica. A turma que existe é um curso recém criado, está no terceiro ano ainda.

Então, fiquei pensando, mas a UEL de Londrina, Universidade Pública paga pelo contribuinte do Estado do Paraná os professores, que está com muita dificuldade, que tem curso de Agronomia há muitos anos, que tem curso de Veterinária. Será que a UEL não poderia ter feito este convênio e o Governo do Estado poderia estar ajudando a UEL agora, fazendo este convênio com uma Universidade pública que é sacrifício do povo para manter e o Senhor sabe das dificuldades da UEL. Aí fiquei pensando, e a Universidade Federal do Paraná que tem curso de Agronomia e mais do que isso, tem curso de pós-graduação em Agronomia com uma das maiores notas do Ministério da Educação, no CAPS, nota B2. É um dos melhores cursos de pós-graduação.

Aí fiquei me perguntando: alguma coisa está errada, porque a Universidade Federal do Paraná, com problemas de verbas, temos assistido, a Assembleia é testemunha de que os reitores, os professores estão numa luta por mais verbas. As Universidades Estaduais, os reclamos são inúmeros, que tem o curso de Agronomia, a UEM em Maringá, que tem curso de Veterinária, tem experiência, tem professores que pesquisam, que estão no campo, que sabem dos problemas da agricultura do Estado do Paraná.

Será que estas Universidades não poderiam fazer o convênio com a Secretaria de Agricultura? Por que foi escolhida a Universidade Católica do Paraná, que não tem curso de agronomia e não tem nenhum diplomado em Veterinária para prestar assessoria ao Paraná Rural?

O Secretário de Agricultura, Deputado licenciado desta Casa, Hermas Brandão, tenho certeza, não sabe o que está acontecendo lá, porque se ele souber, ele cancela este convênio e manda fazer um convênio com a Universidade Pública, seja a UEM, seja a Federal, seja a UEL, para ajudar o desenvolvimento do Paraná Rural. Acho que o Governo do Estado tem que fazer o convênio, mas tem que fazer o convênio com estas Universidades que já tem experiência e conhecimento acumulado.

Então, estou fazendo um pedido de informações, estou ingressando com um pedido de informações e estou solicitando ao Deputado Alqaci Túlio que permita o trâmite deste, porque tenho certeza, o Secretário de Agricultura não sabe o que está acontecendo e não é culpa dele, porque imagino que o trabalho de um Secretário tem muita coisa para fazer, o Paraná é muito problemático na área de agricultura e às vezes a Secretaria, porque é um convênio, e alguma coisa deve ter acontecido no caminho que selecionaram, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que não tem experiência nenhuma e os Senhores são do campo, são da pecuária, sabem disto, não têm experiência nenhuma nesta área.

Então, por dois motivos, em primeiro lugar, porque podemos ajudar a Universidade pública com este convênio que é pago com o dinheiro do contribuinte, e em segundo lugar porque o conhecimento acumulado na agricultura e na pecuária, no campo universitário está nas Universidades públicas estaduais e na federal, não está na Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Não daria para Vossa Excelência transformar este pedido em forma de requerimento, para não ficar assim, porque Vossa Excelência está fazendo, pesquisou...

O SR. ANGELO VANHONI - É, pedi os esclarecimentos, podemos fazer o requerimento para que seja feito pela Universidade pública.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Não tenho ordem para falar em nome do meu líder que é o Deputado Alqaci, mas poderíamos aprovar, vamos aprovar, porque realmente é preocupante o que Vossa Excelência está dizendo na tribuna. Pode ser que o Deputado Hermas não saiba o que está acontecendo.

O SR. ANGELO VANHONI - Não sabe, tenho certeza que não sabe.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Quer dizer, temos a Universidade de Londrina precisando destes recursos, temos a Universidade de Maringá precisando destes recursos e Vossa Excelência pesquisou, a PUC não tem recursos, então é preocupante.

Então, até parabenizo o líder, Deputado Alqaci, e gostaria que realmente a Assembleia aprovasse o pedido de Vossa Excelência. Conte com o meu voto.

O SR. ANGELO VANHONI - Muito obrigado, Deputado.

O Sr. Cesar Silvestri - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Quero me somar a preocupação do Deputado Alborghetti e acredito que através de um requerimento, podemos resolver este problema, mas também quero me somar à sua preocupação. Acredito que temos, além das Universidades - tanto a Federal como também algumas Estaduais - temos o IAPAR, a própria EMBRAPA, e acredito que o programa, inclusive - só lhe corrigindo - é o "Paraná Doze Meses", não é o "Paraná Rural", este programa, na ordem, no volume de recursos - se não me engano o senhor falou em torno de 250 milhões de reais - acredito que temos que realmente procurar um assessoramento de pessoas que tenham uma experiência prática e não vai ser através de estudantes de terceiro ano - não menosprezando, mas não têm esta experiência - que vamos levar este programa, que seria um dos melhores programas e é a grande expectativa de todos aqueles, do pequeno produtor principalmente, de todos aqueles que trabalham no campo.

Por isso me somo a sua preocupação e acredito que nós, através de um Requerimento, vamos resolver este problema e até no Requerimento poderia ser colocado, como sugestão, que esse convênio fosse estendido ao IAPAR e também a própria EMBRAPA, que tem uma experiência de muitos e muitos anos, principalmente na questão da Ciência e Tecnologia.

O SR. ANGELO VANHONI - Agradeço o aparte e a sugestão.

Amanhã estarei formulando o Requerimento e espero contar, e vamos fazer um Requerimento em conjunto com a Assembleia, porque isto não interessa ao PT, isto interessa a cada cidade, a cada município, ao próprio Governo.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Permite mais um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Achei válido o aparte do Deputado Cesar, muito bem colocado. Não é que achei o

pedido de explicação fosse violento, não. Gostaria de ir mais além, de estar ao lado de Vossa Excelência. Vossa Excelência pesquisou - concordo com o aparte do Deputado César - mas gostaria que esse Convênio fosse repassado para as nossas Universidades, como Londrina, como Maringá - como foi coerente o Deputado Vanhoni - pode até passar para uma Universidade Federal, não tem problema nenhum, mas aqui, do Paraná.

Agora, gostaria até de convocar o Secretário da Agricultura que viesse a nossa Casa, Deputado Hermas Brandão, que sempre foi democrata, e que realmente explicasse para nós o que realmente está se passando, porque o que realmente saiu na "Gazeta do Povo" de ontem - que é um jornal de envergadura - realmente preocupa, não só Vossa Excelência, mas preocupa o Líder do Governo e preocupa este Parlamento.

Conte com meu apoio.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Muito obrigado.

Era só este pequeno alerta e pedir aos companheiros que aprovassem este pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra a Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÍLIO - Gostaria de parabenizar e saudar nosso companheiro de trabalho, companheiro da Casa, Deputado Takayama. Sei que neste momento ele está no andar superior recebendo os cumprimentos da grande Igreja Assembléia de Deus, que se fez presente nesta tarde, com suas maiores Lideranças - Pastor José Pimentel de Carvalho, uma pessoa que temos um grande lastro de amizade, sempre que possível freqüentamos a igreja principal, aqui tão perto da Assembléia Legislativa. Veio aqui acompanhado das maiores Lideranças Evangélicas do Estado do Paraná.

E aqui também estava o Pastor Inácio da Silva, que é da Assessoria Política e Evangélica da Prefeitura Municipal de Curitiba, representava na ocasião o Prefeito Rafael Greca de Macedo. O Pastor Takayama foi Vereador em Curitiba, teve uma excelente presença na Câmara dos Vereadores e vem para esta Casa, agora também com a missão de trazer, além de projetos políticos, os projetos que também envolvem a área evangélica, que acho que o nosso Paraná, o nosso País, precisa sempre que possível, ouvir a palavra de Deus.

Por isso, quero, em nome da Liderança do Governo, dos demais Partidos que integram esta aliança, desejar ao Pastor Takayama toda a felicidade e a certeza que terá uma missão muito importante nesta Casa. Tenho certeza que vai desempenhar um exce-

lente papel.

Ao mesmo tempo, dizer ao Deputado Ângelo Vanhoni, que estamos recebendo com muita tranquilidade, o seu pedido de informações. Não há necessidade de refazer, vamos deixar aprovar o Requerimento. Já fizemos contato com o Secretário Hermas Brandão e ele já nos autorizou que se aprove este pedido de informações, que ele vai dar as devidas explicações. Tenho certeza absoluta que o nosso companheiro Deputado, com a experiência que tem, Deputado Hermas Brandão, alçado a condição de Secretário de Estado, sabe evidentemente o que está fazendo. Se passou pela sua mão, tenho certeza que sabe o convênio que assinou. Se não passou, certamente vai chamar a responsabilidade daquele que fez evidentemente este convênio. Mas podem ficar tranquilos porque temos o maior interesse em mostrar o que realmente está acontecendo, se há condição desse convênio prosperar, ou não há, ou o que pode ter havido. De resto desejo a todos companheiros Parlamentares um bom retorno a esta Casa neste novo período em que reiniciamos completando o nosso segundo ano de mandato Parlamentar, com a certeza de que esta Casa vai mostrar mais uma vez todo o seu potencial de trabalho, tanto a nível de Plenário, como a nível de apresentação de projetos, como o trabalho muito importante que fazem as comissões internas desta Casa.

Quero parabenizar a todos e mais uma vez também, em nome do Deputado Waldir Rossoni, parabenizá-lo também porque traz também para a Bancada do PDT mais um companheiro que é o Deputado Samis da Silva, que hoje à tarde, em Palácio, assinou a sua filiação ao PDT e passa a ser o mais novo integrante da Bancada do PDT nesta Casa.

Saúdo também o nosso Deputado Anibal Khury, que chega neste momento, que tenho certeza também nos próximos dias vai reunir, mais uma vez, a cadeia do Governo do Estado do Paraná, em mais uma viagem que será feita pelo Governador do Estado, Jaime Lerner.

Um bom período de trabalho nesta Casa, embora saibamos que, envolvidos todos nós no processo político eleitoral, mas tenho certeza como disse o Deputado Jocélito Canto, e tenho o mesmo pensamento, saio às 5 horas da manhã de casa, vou para os terminais, estou correndo a periferia da cidade, os sapatos estão amarelados de poeira, já não é mais marron, daqui a pouco tiro a gravata vou para a periferia e acho que não atrapalha ninguém. Evidentemente que todos temos que cumprir nosso papel nesta Casa e fazer o papel político fora do horário de trabalho desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Associando-nos as palavras do ilustre líder do Governo é com satisfação que recebemos na nossa Bancada a presença do Deputado Samis da Silva, que irá conosco dividir, nesta Casa com a nossa Bancada a sociabilidade com os outros Partidos que integram a Aliança que sustenta o Governo Jaime Lerner. E ainda mais, dizer que o ilustre Deputado Walmor Trentini não se encontra mais sozinho nesta Casa para defender os interesses da família oriental, quando representava o ilustre Secretário Hitoshi Nakamura, e agora o Takayama irá somar esta representação oriental nesta Casa.

Convido o ilustre Deputado Anibal Khury a assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Anibal Khury, Caíto Quintana, Nelson Tureck e demais Senhores Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri, Edgar Bueno e Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Remy Borsatto constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Hartmann, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor

Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/95, de autoria do Deputado Samis da Silva, que torna obrigatório aos estabelecimentos de ensino da rede pública e particular, de 1º, 2º e 3º graus, a abonação de faltas de alunos motivadas por princípio de consciência religiosa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E..

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente requereu chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação.

19 Senhores Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há quórum para votação, apenas para discussão.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/96, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Edson Silva Lino, que altera o art. 1º da Lei nº 11.257 de 21 de dezembro de 1995, que criou o Município de Ariranha do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/96, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera o artigo 1º da Lei nº 11.221 de 11 de dezembro de 1995, que criou o Município de Campo Magro. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/96, de autoria do Deputado Walmor Trentini que dispensa o uso de cinto de segurança, na zona urbana, nos Municípios Paraense com menos de 20.000 habitantes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. (Publ. no D.A. nº 116, de 18.09.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 366/95

PARECER:

A proposição em tela de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo dispensar do uso de cinto de segurança em municípios com menos de 20.000 habitantes.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua transmissão nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA

PROJETO DE LEI N° 366/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado Walmor Trentini, tem como objetivo dispensar o uso do cinto de segurança nos municípios do Estado do Paraná com menos de 20.000 habitantes.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que o Nobre Par bem demonstrou em seu projeto de lei a indispensabilidade da obrigatoriedade da utilização de cintos de segurança em municípios com menos de 20.000 habitantes, principalmente face a quase inexistência de zonas urbanas onde poderia haver grande circulação de veículos e, portanto, risco para os motoristas e passageiros dos mesmos. Por outro lado, tendo em vista que a dispensa do uso do cinto restringe-se às zonas urbanas dos mesmos, não envolvendo rodovias de qualquer tipo, clara também fica a exatidão do projeto.

Assim, o projeto de lei, no presente caso, aponta no sentido do atendimento ao bem comum, devendo portanto ser aprovado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 01.04.96.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ANGELO VANHONI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Walmor Trentini, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 Sessões do Projeto de Lei n° 366/95. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 366/95 por 10 Sessões.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 396/95 de autoria do Deputado Walmor Trentini que autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública, edificar no Município de Paranavaí o Instituto Médico-Legal. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. Encerrada a Discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 396/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 396 de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo

autorizar a Secretaria de Estado da Segurança Pública, edificar no Município de Paranavaí, o Instituto Médico-Legal.

Para melhor adequação do texto de lei, apresentamos emenda modificativa em anexo, alterando a expressão edificar por instalar.

Conseqüentemente, a Súmula deve ser alterada para: Autoriza a Secretaria de Estado da Segurança Pública Instalar em Paranavaí, o Instituto Médico-Legal.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal para o prosseguimento da presente, não encontrando óbice à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Nosso parecer, é Favorável, opinando-se pela aprovação da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

EMENDA MODIFICATIVA

PROJETO DE LEI N° 396/95

Art. 1° - O Art. 1° do Projeto de Lei n° 396/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica autorizado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, instalar no Município de Paranavaí, o Instituto Médico-Legal".

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/95 de autoria do Deputado Beto Richa que concede o Título de Cidadã Benemerita do Paraná, à Senhora Emilia de Salles Belinati. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. n° 132, de 10.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 401/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, visa conceder título de Cidadã Benemerita à Senhora Emilia de Salles Belinati.

Nossa vice-governadora merece justa homenagem através desse projeto, pelo excelente trabalho desenvolvido nessa Assembleia Legislativa por quatro anos, e agora no Poder Executivo.

Avocamos o projeto para junto com o autor parabenizar o esforço, dedicação, luta dessa cidadã tão especial ao povo pa-

ranaense.

Sendo assim, somos de parecer Favorável à matéria.

Sala das Comissões, em 07.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 037/96 de autoria do Deputado Algaçí Túlio que declara de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportadores de Valores e Similares do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. n° 07 de 04.03.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 037/96

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O plano de lei em tela, de autoria do Deputado Algaçí Túlio, tem por objetivo de declarar de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Guardas, Transportadores de Valores e Similares do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

FUNDAMENTAÇÃO

Pretende-se com tal propositura beneficiar esta Associação constituída para fins de estudo, coordenação, proteção, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido solidariedade social e profissional e de subordinação aos interesses nacionais.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça verificou estarem cumpridos todos os requisitos exigidos pela lei nada obstando sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos pelo parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 08

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 144/96 de autoria do Deputado Edmo Guimarães que declara de Utilidade Pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vidigal, com sede e foro no Município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. n° 44 de 22.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 144/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edmo Guimarães, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o "Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vidigal", no Distrito de Vidigal, Município de Cianorte, com sede e foro no Estado do PR.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, essa Comissão nada encontrou que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 177/96 de autoria do Deputado Jocelito Canto que declara de Utilidade Pública o Clube Amigos Alemães - Klub DEUTSCHE FREUNDE, com sede e foro em Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. Encerrada a Discussão. (Publ. no D.A. n° 58, de 13.05.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 177/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública o Clube Amigos Alemães - Klub Deutsche Freunde, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Analisando o aspecto legal, regimental, constitucional, constatamos que o mesmo foge do estabelecido pelas regras de técnica processual legislativa.

Sendo assim, somos de parecer Favorável na forma da Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE LEI N° 177/96

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública o Clube Amigos Alemães - Klub Deutsche Freunde, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 10

1ª. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 307/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Desembargador Francisco Cunha Pereira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 106, de 09.07.96)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 307/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário ao Desembargador Francisco Cunha Pereira.

A justificativa do referido projeto nos mostra o merecimento da sua indicação para a Cidadania Honorária do Paraná.

E, sob o aspecto legal, regimental e constitucional, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.07.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, Senhores Deputados, primeiramente queríamos cumprimentar a iniciativa do Presidente da Assembleia Deputado Anibal Khury, de apresentar o Título de Cidadão Honorário ao Doutor Francisco Cunha Pereira. Só mesmo poderia ser o Deputado Anibal Khury, pelo fato de se tratar de o cidadão que no dia 13/08 irá completar cem anos.

Doutor Francisco Cunha Pereira, não só na magistratura, como Desembargador, tendo sido Juiz antes em Palmas, em São José dos Pinhais e em Curitiba. Doutor Francisco Cunha Pereira, não só pela família que é descendente, filho de Senador de Minas Gerais, uma dos políticos mais atuantes do Estado de Minas Gerais o seu pai o Senador que por infelicidade perdeu seu pai quando ainda muito jovem, veio ao Paraná e aqui no Paraná realizou entre outros empreendimentos, o grande empreendimento da Universidade Federal do Estado, e principalmente pelos projetos sociais que empreendeu, entre eles se destaca o carinho e o apreço que sempre deu a criança curitibana, a criança do Paraná.

Por essa razão é que hoje, todos os Deputados, já na Comissão de Justiça, e certamente que aqui no Plenário, por unanimidade irão aprovar essa concessão, essa honraria a um dos homens que na minha opinião é um dos que mais merece o apreço, e a manifestação dos representantes do povo, pelo seu passado, pelo que ele representou. E ainda deu, juntamente com a sua esposa, deu esse engrandecimento ao Estado do Paraná, como uma das famílias mais des-

tacadas, entre elas nós poderemos citar o Doutor João Cândido, Conselheiro do Tribunal de Contas, seu filho, e ainda o jornalista e advogado Doutor Francisco Cunha Pereira Filho que foi um dos homens que mesmo sem ocupar o cargo político, mesmo sem ter exercido cargos eletivos ou no Executivo, demonstrou ser um dos homens mais preocupados com o progresso do Estado do Paraná, quando através das suas empresas, teve a iniciativa com a sua criatividade, iniciou campanhas paranasistas todas fortalecendo o Estado do Paraná. Ainda um dos outros seus irmãos Doutor Lincoln, aonde tive a honra junto com o Deputado Orlando Pessuti de representar a Assembleia em São Paulo, quando mais uma vez o filho do Doutor Francisco Cunha Pereira, assumia a Presidência da Associação Comercial do Estado de São Paulo.

Por isso é que quero encerrar as minhas palavras e enaltecer esse conhecimento político e histórico do Paraná, que é possuidor o Deputado Anibal Khury. Só mesmo ele poderia lembrar e prestar essa homenagem em nome do povo. E no dia 13/08, certamente que todo os nossos companheiros mesmo em campanha, apoiando os candidatos a Prefeito, mas haverão de dar uma trégua na campanha para que todos aqui, quase que por unanimidade, se fazer presente nesse Plenário, para recebermos o Doutor Francisco Cunha Pereira, um homem que irá completar nesse dia 100 anos de idade, aonde irá ler um discurso, escrito por ele mesmo com essa idade centenária.

Então companheiros Deputados, gostaríamos que no dia 13/08 aqui todos juntos representando o Paraná como um todo prestar essa grande homenagem ao Doutor Francisco Cunha Pereira.

Muito obrigado.

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/96, de autoria da Comissão Executiva Mensagem nº 034/96, que referenda o Decreto Legislativo nº 003/96 de 12 de fevereiro de 1996 (viagem do Senhor Governador do Estado ao exterior). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA DO
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/96
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica referendado o Decreto Legislativo nº 003/96, de 12 de fevereiro de 1996, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do país, entre os dias 13 e 24 do corrente, com destino aos Estados Unidos da América,

para participar de vários eventos e tratar de assuntos de relevante interesse para o Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.02.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/96

P A R E C E R:

RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo em exame, de autoria da douta Comissão Executiva, tem por objetivo referendar o Decreto Legislativo nº 03/96.

FUNDAMENTAÇÃO

O decreto Legislativo nº 03/96, foi promulgado pela douta Comissão Executiva deste Poder em caráter de emergência, tendo em vista a viagem do Senhor Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner, aos Estados Unidos da América e como a Assembleia Legislativa se encontrava em seu período de recesso, houve por bem autorizar a viagem do Senhor Governador "ad referendum" da decisão do Plenário desta Casa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 03/96.

Sala das Comissões, em 09.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 652, de autoria do Senhor Deputado Techu Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimentos nºs 627, 629 e 630, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 645, de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno e Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa, de comum acordo com as Lideranças, marca para o período pré-eleitoral, sessões concentradas na terça-feira pela tarde, Horário Regimental, e na quarta-feira pela manhã. É uma determinação que a Mesa acata das Lideranças. Na segunda-feira e quinta-feira teremos sessões normais. O esforço concentrado será dirigido nos projetos controversos, ou como disse o Deputado Vanhoni, projetos importantes. As demais sessões serão destinadas aos projetos de interesse coletivo, mas sem grandes polêmicas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 392/95, 061 e 082/96.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 396 e 401/95, 037, 144, 177 e 307/96.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 003/96.

Levanta-se a sessão.